



Assembleia Municipal de Sesimbra

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 20 ABRIL DE 2001

-----Aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e um, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em primeira reunião da sessão ordinária de Abril, a Assembleia Municipal de Sesimbra, sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelo Sr. Américo Manuel Machado Gegaloto, Primeiro Secretário, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da Actividade Municipal;** -----
- 2. Relatório de Actividades e Conta de Gerência respeitante a 2000;** -----
- 3. Pedido de Autorização de Empréstimo à Sociedade Grutas Senhora do Cabo, S.A.**---
- 4. Regulamento Geral dos Parques e Zonas de Estacionamento Tarifado e Reservado do Concelho de Sesimbra – Alteração.** -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Américo Manuel Machado Gegaloto, José Manuel Correia Maravilha, João Manuel Coelho Capítulo, António Jorge Pinto Alves, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Rosa Amigo Ribeiro Sousa Gomes, José Almeida Marques, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Maria da Conceição Morais Matias, Joaquim Manuel Martelo Ferreira, Dinis Marques Pereira, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Fernando Anjos Cheis, António Augusto Vieira Gomes, Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz e António André, designado, nos termos da alínea c) do nº. 1 do Artigo 38º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Comprovada a existência de quorum, dezoito presenças, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente, Manuel José Pereira e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Fernando Cristovão Rodrigues, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora e Manuel Adelino Bernardino. -----

-----Participaram, também, dos trabalhos, os Membros Ana Maria Gaboleiro Santos Covacich e Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, que chegaram aquando da discussão do primeiro e do segundo ponto da Ordem de Trabalhos, respectivamente. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou, depois, que o Membro João Paulo Marques Dionísio, da Bancada do PS, e o Membro Aires Patrício Fernandes Lisboa, da Bancada da CDU, haviam informado, ao abrigo do disposto do art. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, as suas substituições na presente sessão, tendo convocado os Membros a seguir na ordem das respectivas listas, José Almeida Marques, que se encontrava presente, e Sandra Maria Amaro Baeta Alvarez, a qual comunicara a impossibilidade de poder comparecer para tomar posse das funções de Membro da Assembleia Municipal e por conseguinte participar nos trabalhos. -----

-----Nesta conformidade, passou-se a registar vinte presenças e três ausências, as dos Membros José António Caeiro Correia, José Pedro Simplício Francisco e Francisco Caupers de Sousa Alvim.

-----Informou, depois, que a acta da Assembleia Municipal de 20 de Outubro de 2000, conforme estipulava o Regimento, havia sido enviada aos Líderes de Bancada, pelo que perguntava se havia algumas sugestões de alteração a fazer. -----

-----Não havendo nada a opor, o texto final da acta foi considerado aprovado. -----

-----Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Informou, depois, que, conforme referia o Regimento, nas sessões onde era discutido o Relatório e Contas não haveria "Período de Antes da Ordem do Dia", e antes de entrar na Ordem de Trabalhos gostaria de colocar à consideração da Assembleia, a inclusão de um 5º. Ponto na Ordem de Trabalhos da presente sessão, referente a uma alteração do Regulamento do P.D.M. Esta questão já tinha sido abordada com os Líderes de Bancada, parecendo ser consensual a sua inclusão, mas a discutir em data a combinar, que poderia ser o próximo dia 26 de Abril.-----

-----Reconhecendo a urgência da deliberação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 83º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, incluir na presente Ordem de Trabalhos, como ponto 5, o seguinte assunto: "**Regulamento do Plano Director Municipal – Alteração**". -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período da "Ordem do Dia"**, abrindo a discussão do ponto 1: "**Apreciação da Actividade Municipal**", perguntando, depois, à Câmara Municipal se desejava efectuar uma intervenção inicial sobre esta matéria.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Cedido o uso da palavra ao **Presidente da Câmara**, este informou que se encontrava à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para esclarecer alguma questão que lhe fosse colocada. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** deu, em seguida, a palavra aos Membros da Assembleia Municipal para colocarem os esclarecimentos que considerassem necessários. -----

-----Usou da palavra o **Membro Carlos Afonso** que começou por perguntar qual fora a solução encontrada na reunião que o Presidente tivera com o proprietário do terreno sobre o problema da estrada das Pedreiras. -----

-----Relativamente às verbas transferidas para as Juntas de Freguesia, no âmbito da delegação de competências, constantes da reunião de Câmara de 4 de Abril, gostaria de saber se as competências seriam aquelas que a Assembleia Municipal já tinha aprovado, através dos protocolos enviados, quais os valores dessas verbas e a que protocolo se referiam. -----

-----Não havendo mais inscrições, foi dada a palavra à Câmara Municipal para esclarecimento, tendo o **Presidente** informado que, quanto à questão colocada sobre a estrada das Pedreiras o problema ainda existia tendo o mesmo ocorrido quando o proprietário daqueles terrenos movera uma acção judicial contra a Câmara onde solicitava uma verba que ele entendia como justa para aquele terreno. Conversaram com o consultor jurídico da Câmara, tinha havido já uma reunião com o advogado do proprietário do terreno e estavam em vias de chegarem a acordo quanto ao valor a atribuir àquele terreno. Poderia dizer que a Câmara tinha uma avaliação feita em 1996 ou 1997 que apontava para o valor de 40 mil contos e estava em crer que essa seria a verba que iriam acordar com o proprietário. -----

-----Não tinham ainda avançado com aquela verba porque estavam a aguardar a avaliação feita em devido tempo. -----

-----Quanto à questão da transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, o **Vereador Cristovão Rodrigues** informou que esta delegação fora no âmbito da educação e, portanto, tinha a ver com a deliberação já tomada pela Assembleia Municipal relativa às competências delegadas nas três Juntas. Quanto aos montantes não tinha presente, mas poderia acrescentar que fora feito um balanço relativamente ao que fora gasto pelas três Juntas. A Junta de Freguesia da Quinta do Conde e a Junta de Freguesia de Santiago tinham ultrapassado em dois mil contos os montantes que estavam previstos, tendo havido este ano uma compensação por esse montante. Também a Junta de



Assembleia Municipal de Sesimbra

Freguesia do Castelo ultrapassara no ano 2000 o montante que estava previsto, de qualquer forma o somatório dos dois anos desta atribuição de competências ainda não tinha sido ultrapassado e, portanto, tinha havido uma diminuição face ao calculo técnico deste montante. Se quisesse mais alguma informação adicional iria fazer chegar uma cópia do processo. -----

-----**O Membro Carlos Afonso**, referiu que sobre a estrada das Pedreiras, pelo que o Presidente da Câmara acabara de dizer, fazia crer que não tinha conseguido reunir com o proprietário do terreno e daí os contactos estarem a ser efectuados através do consultor jurídico da Câmara e do advogado do proprietário. -----

-----No que respeitava às verbas da descentralização, se houvesse possibilidade, gostaria de poder ter acesso ao relatório sobre como e onde foram gastas as verbas e chamava a atenção mais uma vez para o facto de em tempos atrás haverem Juntas de Freguesias e Assembleias de Freguesia que ainda nem sequer tinham deliberado sobre os protocolos que a Assembleia aprovara no âmbito da descentralização. Hoje não tinha tanta certeza se isso ainda acontecia. Portanto, chamava de novo a atenção para que a Câmara indagasse junto das Juntas de Freguesia se, de facto, tinha havido aceitação dos protocolos e se ao nível das Assembleias de Freguesia também tinha havido esse tratamento, de acordo com a lei. Se isso ainda não tinha acontecido, pensava que era grave porque a lei era para se cumprir e a Câmara teria que ter a noção desta realidade. Não podia aprovar qualquer coisa, solicitar a aprovação da Assembleia Municipal, enviá-la para as Freguesias e estas não aprovarem nada. -----

-----Dada a palavra à Câmara Municipal, **o Vereador Cristovão Rodrigues** esclareceu que na sequência da interpelação feita na última Assembleia sobre esta matéria, tivera o cuidado de perguntar aos serviços, e a informação que colhera fora que formalmente todo o processo estava correcto, ou seja, as Assembleias de Freguesia tinham tido uma primeira deliberação em todo este processo em que aceitaram as competências, a Câmara, entretanto, apresentara à Assembleia Municipal a proposta de protocolo e a proposta de atribuição de competências, o processo fora enviado para as Juntas de Freguesia e os protocolos estavam assinados. -----

-----Assim como um protocolo que a Autarquia assinasse seria competência do executivo camarário a sua aprovação, também em termos de executivos das Juntas seria da competência desses executivos a aceitação desses protocolos, sendo competência das Assembleias de Freguesia ratificar as competências delegadas. Feita essa aceitação por parte das Assembleias de Freguesia, o acto de



Assembleia Municipal de Sesimbra

aceitação de um protocolo seria um acto de gestão do executivo da Junta. -----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia de Santiago**, Membro Félix Rapaz, esclareceu que a nível do protocolo das escolas estava correcto aquilo que o Vereador dissera. A nível da toponímia a Junta de Freguesia de Santiago emitira para a Assembleia de Freguesia em Dezembro, tendo esta pedido formalmente mais uns esclarecimentos e o processo iria à próxima sessão da Assembleia de Freguesia que seria este mês, e por isso, relativamente à toponímia ainda não tinham recebido nenhum dinheiro. -----

-----Encerrado o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 2 “**Relatório de Actividades e Conta de Gerência respeitante a 2000**”, tendo informado que a documentação baixara às Comissões “B”, “C” e “D” que reuniram na semana passada, não tendo havido emissão de acta. -----

-----Perguntou, depois, se algum dos Coordenadores das Comissões desejava usar da palavra, mas ninguém diligenciou nesse sentido. -----

-----Dada a palavra à Câmara Municipal para apresentação do Relatório, **o Presidente da Câmara** começou por referir que aquando da introdução do Plano de Actividades para o ano 2000 haviam dito que concluídas que tinham sido algumas reformas, obras e outras acções essenciais para o concelho, e ultrapassados que tinham sido alguns obstáculos menores através de reajustamentos pontuais necessários ao melhor funcionamento da máquina camarária, que se impunha no futuro próximo a tomada de medidas nalgumas áreas prioritárias. Essas áreas eram, fundamentalmente o sector de águas, saneamento, higiene e salubridade, trânsito e estacionamento, recuperação do património cultural edificado, implementação de novos empreendimentos na área da habitação social, no sector da habitação, entre outras. -----

-----Estavam cientes que nem todos os seus objectivos tinham sido concretizados. Se calhar por ser um Plano ambicioso, mas não fazia mal porque sem ambição, por vezes, não conseguiam os seus objectivos, mas também não deixava de ser verdade que tinham tido um inverno rigoroso praticamente a partir do mês de Outubro. Também não deixava de ser verdade que as receitas haviam ficado aquém do previsto. Foram estes alguns motivos que levaram a que o grau de realização do Plano de Actividades fosse inferior ao ano transacto, ainda que ligeiramente inferior, mas eles mesmo assim entendiam como positivo. -----

-----Do conjunto dos investimentos efectuados destacavam-se pelo seu papel relevante ao



Assembleia Municipal de Sesimbra

desenvolvimento social e ao bem estar das populações do concelho, o abastecimento de água, passando a destacar algumas obras que foram executadas nessa área. -----

-----Começava pelo início da obra de abastecimento de água à Lagoa de Albufeira, cujo projecto era há muito ambicionado por todos os moradores da Lagoa. Investiram, com vista a uma maior capacidade de captação de água e investiram, também, com vista a uma melhor capacidade de bombagem. Também as condições de elevação da água foram melhoradas e fizeram algum investimento numa maior capacidade de armazenamento de água. -----

-----Com tudo isto garantiram uma melhor qualidade, uma maior estabilidade na pressão e melhores condições de distribuição do tão precioso líquido. Era prova disso o ano 2000, concretamente o verão, pois era no verão que mais se fazia sentir os problemas de abastecimento de água ao concelho, em que poderiam dizer como tivesse sido dos melhores anos em termos de abastecimento de água ao concelho. -----

-----Iniciaram, também, o sistema de tele-gestão de águas. -----

-----Outras das áreas onde o investimento fora significativo fora no saneamento. Conseguiram que a ETAR de Sesimbra entrasse finalmente em funcionamento. Instalaram novos grupos de bombagem e grupos geradores nas centrais elevatórias quer da Fortaleza, quer do Hotel do Mar e continuaram com algumas obras de saneamento na vila que faziam parte do projecto de saneamento da Bacia de Sesimbra. -----

-----Com tudo isto também garantiam um melhor ambiente e também podiam dizer que o ano 2000 fora considerado o ano em que as praias de Sesimbra e as suas águas foram sempre classificadas de boa qualidade o que veio agora, com o relatório que receberam da Sub-Região de Saúde de Setúbal, comprovar aquilo que, efectivamente, vinham defendendo, que era a boa qualidade das praias e das águas.-----

-----Continuaram, também, em termos de saneamento, num elevado ritmo, as obras na Quinta do Conde e mandaram executar alguns projectos fundamentais também com vista ao saneamento numa zona da Freguesia do Castelo, mais concretamente as ETARES de Santo António, a ETAR da Albufeira/Meco e também um troço que iria permitir a uma zona significativa do Zambujal, dentro em breve, também fosse contemplada com a rede de saneamento. -----

-----Quanto à área económica fora aberto finalmente o Mercado da Quinta do Conde e provar-se através, também, de uma auditoria feita ao Gabinete de Apoio ao Empresário, que aquele



Assembleia Municipal de Sesimbra

Gabinete era considerado o melhor da rede de GAE's, o que era extremamente importante realçar. -
-----Quanto à higiene e salubridade tinham sido adquiridas novas viaturas que permitiram proceder a uma melhor recolha dos resíduos sólidos no Concelho. Tinha adquirido uma máquina para limpeza das praias. Procederam à iodização e oxigenação das areias da praia e também entrara em funcionamento o Cemitério da Quinta do Conde. Também tinham mandado elaborar o projecto para o Cemitério da Aiana, obra que no próximo ano mês seria adjudicada.-----
-----Na área do trânsito e dos transportes tinham sido criados mais dois parques de estacionamento, um na "Erg" e outro no terminal rodoviário. Também fora criado o vai-vem que durante o verão permitira, em termos de estacionamento, que muitas viaturas procurassem o parque do porto de abrigo, passando os seus ocupantes a serem transportados pelo vai-vem, iniciativa esta, entre outras, que demonstrava bem o trabalho executado pelo Pelouro e a vontade política deste Executivo na resolução dos problemas do trânsito e dos transportes.-----
-----Em termos da recuperação do património cultural edificado tinha-se dado início à obra da Capela do Espírito Santo; procedeu-se à abertura do Centro de Documentação "Rafael Monteiro" e continuaram com o investimento de obras de melhoramento do Castelo, o qual passara a ser um local visitado por um número bastante significativo não só de Sesimbrenses mas por todos aqueles que nos visitavam.-----
-----Também se tinha concluído o projecto da Casa do Bispo, sendo, em breve, aberto concurso com vista às respectivas obras.-----
-----No sector da Educação, Cultura e Desporto tinha sido significativo o apoio ao movimento associativo. Convinha realçar a edição dos livros de Sesimbra que também tinham sido um êxito; as obras de conservação e ampliação das escolas de Santana, Aldeia do Meco e Azoia e o início dos arranjos exteriores da Escola nº. 2 de Sesimbra. Estas obras ilustravam, também, as suas preocupações na área da Educação.-----
-----Quanto à habitação tinham dado início à construção dos 24 fogos da Rua da Cruz; tinham feito os arranjos urbanísticos dos bairros do Zambujal e da Almoinha; num fogo do Bairro Infante D. Henrique tinham criado uma instalação com vista aos sem abrigo; tinham procedido à elaboração do projecto de 12 fogos de habitação social para o Matadouro, que estava concluído, e deram início à realização de projectos com vista à construção de 26 fogos na Cotovia e 110 no Bairro Infante D. Henrique.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em termos de obras municipais era sabido do investimento que fora feito, em termos da pavimentação de vários arruamentos nas três freguesias do Concelho. -----

-----Quanto à Protecção Civil e Segurança era sabido o apoio que fora dado aos Bombeiros Voluntários de Sesimbra e também do serviço que as brigadas de sapadores florestais tinham prestado durante todo o ano de 2000 a expensas da Câmara parte do ano. -----

-----Em termos do sector do Ambiente tinham dado inicio ao Plano Municipal do Ambiente. -----

-----Quanto à modernização e qualidade tinham iniciado o SIGZimbra; tinham criado o Serviço de Saúde Ocupacional com mais valências; constituíram a Comissão de Saúde e Segurança no Trabalho e deram início à aplicação informática do expediente e do escritório electrónico. -----

-----Em termos do Parque Auto, Instalações e Equipamento, para além do número significativo de viaturas adquiridas, também tinham remodelado alguns serviços camarários, como o DAPU e o SHAI. -----

-----Estavam certos que muito maior teria sido o investimento caso a receita não tivesse ficado aquém da prevista, mas sobre as receitas e as despesas o Vice-Presidente da Câmara iria fazer uma intervenção bastante elucidativa da parte que lhe competia fazer. -----

-----Dada a palavra **ao Vice-Presidente**, este, passando à apresentação de gráficos, começou por demonstrar a evolução, quer da receita corrente, quer da receita de capital, quer nos aspectos de previsão, quer nos aspectos de execução. -----

-----Via alguns sorrisos nas bancadas da oposição em relação, naturalmente, à execução quanto a receitas de capital, mas ele lembraria que 2000 fora um ano em que efectivamente se tinha fechado um ciclo de grandes investimentos no nosso concelho, cujos reflexos principais do lado da receita foram obtidos quer em 1997, quer em 1999 e que tiveram a ver, concretamente com a obra da Bacia de Sesimbra e com as obras do Programa Especial de Realojamento – PER. Felizmente o PER estava praticamente encerrado e a obra de saneamento a esperar o fecho formal dessa candidatura ao FEDER, mas, efectivamente, a fraca obtenção de receitas de capital tinha tido a ver com isso tudo. Contudo, ainda que fraca ela era a um nível completamente diferente daquilo que foram os períodos passados deste concelho. Para eles teria sido bom que a história da economia e das finanças deste concelho tivesse sido sempre como era a actual. Isso não acontecia, mas felizmente esse período já tinha passado e estavam numa nova era de desenvolvimento. Na receita corrente isso era óbvio e nítido. Aliás, era quase aceite por todos que o futuro passava basicamente



Assembleia Municipal de Sesimbra

pelas receitas correntes, as receitas de capital cada vez seriam mais difíceis de obter e, efectivamente, o que se verificava neste momento era que uma parte substancial da receita corrente não estava a ser gasta em despesa corrente, ou seja, em gastos de funcionamento, mas estava a ser desviada para investimento, para obras.-----

----- Se vissem o gráfico das despesas correntes, em que se obtinha uma percentagem de receita muito grande, uma parte substancial daquela receita, que rondava os 4 milhões de contos, dedicava-se a investimentos. -----

-----Em termos da própria receita de capital notava-se uma diferença substancial entre as duas fases. Com excepção do pico de 1997, que como era sabido era um ano eleitoral e era um ano em que efectivamente as obras de saneamento da Bacia de Sesimbra trouxeram uma verba substancial de fundos do FEDER para o nosso concelho, todos os outros anos da actual gestão ficavam, sem margem para dúvidas, a uma distância considerável daquilo que era o passado e os 34,7% de obtenção de receitas de capital em 2000 ainda assim tivera, infelizmente, níveis mais baixos no período anterior, não obstante neste momento estar ultrapassada essa fase que não deixara grandes recordações. -----

-----Como já se previa que a crítica fosse basicamente ao nível das receitas de capital, fizera um gráfico especial para estas receitas para uma vez mais demonstrar que o nível médio de obtenção de receita de capital, que como era sabido, dependia bastante da capacidade de gestão, obtenção de fundos, possibilidade de mobilizar empréstimos, etc., não tinha nada a ver, no período de 1994 a 1996, com o período 1998 a 2000. No período de 1994 a 1996 arrecadara-se, em média, 26,7% de receita de capital face ao orçamentado e no período de 1998 a 2000 arrecadara-se, em média, 34,7%, ou seja, estavam a uma diferença de 10 pontos percentuais naquilo que tinha a ver com a arrecadação de receita de capital. -----

-----Em relação à dívida, como o Presidente da Câmara já havia afirmado, tinham tido cerca de menos meio milhão de contos de receita que no ano anterior e em termos de movimento financeiro global fora superior ao ano anterior, ou seja, com menos 500 mil contos tinham conseguido fazer um movimento financeiro de despesa superior ao do ano anterior com reflexos óbvios na dívida, basicamente na de curto prazo, mas que iria passar a demonstrar que não tinha nada de grave, antes pelo contrário, porque contrariamente ao que se afirmava nalgumas Declarações de Voto, sucedia que a evolução da dívida global, que as pessoas achavam que era um drama ter chegado a 3 milhões



Assembleia Municipal de Sesimbra

de contos, tinha uma componente de longo prazo bastante significativa face aos empréstimos que estavam a ser utilizados, tinha aumentado 90%. Entre 1995 e 1997, precisamente durante a gestão da pessoa que agora dizia que era gravíssimo ter-se chegado aqui, tinha aumentado 126,1% e agora estava-se a fazer muito mais obra. -----

-----A própria dívida de curto prazo, que se afirmava como uma coisa gravíssima ter aumentado de 1999 para 2000 24%, só gostava que tivessem presente que de 1996 para 1997 aumentara 27% e, portanto, como este ano iria haver eleições, iriam verificar se no período de campanha eleitoral, de facto, a dívida iria aumentar os mesmos 27% que aumentara há quatro anos, porque estava em crer que não iria. Não era uma promessa mas era, com certeza, aquilo que iriam tentar garantir porque era uma boa gestão que assim o exigia. -----

----- Naturalmente, que o montante da dívida poderia ser considerado elevado, olhando assim, mas não era. Os encargos resultantes da dívida representavam meros 1,7% da despesa anual e a capacidade de endividamento, quer legal, quer real, era bastante elevada. Poderiam também dizer que poderiam ter tido mais receitas de capital e feito mais investimentos se tivessem mobilizado mais empréstimos que o tinham. Havia aqui uma incoerência muito grande, porque, por um lado, atacava-se a taxa de realização e o facto de terem investido pouco, mas por outro lado diziam que a dívida era assustadora. -----

-----Em relação às despesas, conforme o gráfico, notava-se de uma forma muito mais óbvia aquilo que era o movimento financeiro global. Verificava-se um aspecto importante, e que já fora referido o ano passado, que era terem investido mais em 1999 do que o próprio nível de despesas correntes que a Câmara tivera e, por outro lado, os níveis globais da gestão desde 1998 para cá não tinham a ver absolutamente nada com os níveis médios da gestão de 1997 para trás. O nível era substancialmente diferente e passaram de um nível médio de 4,2 milhões de contos do movimento financeiro para um nível médio de 6,3. Era óbvio que tinha a ver com as receitas mas também tinha a ver com a capacidade de fazer despesa e este ano, com menos meio milhão de receita, tinham aumentado o movimento financeiro global. O de 2000 era 6,9 milhões de contos e o de 1999 fora de 6,8 milhões de contos. -----

-----Para este nível de despesas tinha concorrido um conjunto de factores aos quais nenhum gestor poderia ser alheio e eles na Câmara não eram, aliás, nem os próprios Vereadores da CDU e do PSD eram alheios a isso, porque também tinham pelouros e também haviam despesas que eram



Assembleia Municipal de Sesimbra

feitas sobre a responsabilidade deles e, nesse ponto de vista, tem havido uma solidariedade muito grande em termos de se fazer aquilo que era necessário fazer. Efectivamente, uma das coisas que era necessário e que consumia bastante daquilo que eram os recursos postos à disposição da Câmara tinha a ver com as condições de trabalho, com as condições de atendimento dos munícipes, com a qualidade da prestação do serviço à população e isso tinha a ver com a aquisição e a possibilidade do pessoal andar com vestuário a rigor e de qualidade para enfrentar o bom e o mau tempo para dar uma imagem de eficiência na rua daquilo que era a actividade necessária duma entidade como uma Câmara em relação a um concelho. Quer o vestuário, quer o equipamento de protecção individual passava pelo calçado e por outro tipo de equipamentos necessários para que as pessoas trabalhassem, minorando o risco de acidente. -----

-----No que respeitava a pessoal tinham estado na primeira linha daquilo que eram os reflexos, ao nível das Administrações Locais, daquilo que era a política que os governos dos últimos anos tinham seguido quanto às condições de remuneração e às condições dadas ao chamado funcionalismo público, nomeadamente da Administração Local. Foram, talvez, das primeiras Câmaras a encerrarem mais rapidamente um processo de reclassificação profissional dum conjunto grande de funcionários que neste momento grande parte já estava resolvido e outra parte estava a aguardar despacho final, ou homologação ou publicação no Diário da República, mas que também isso era dar mais condições ao pessoal para que ele sentisse que tinha uma responsabilidade acrescida no tratamento das questões junto da população. Não olhariam nunca para trás nem teriam qualquer dúvida em aplicar as verbas necessárias nessa área. Isso naturalmente que consumia recursos, eram despesas com pessoal, eram despesas correntes. -----

-----Essas despesas também não só respeitavam às despesas directas com o pessoal, remunerações e outras, como às próprias instalações. Tinham a obra da Fonte de Sesimbra que era uma obra que orgulhava a todos, a obra do reaproveitamento do 2º. piso do Mercado Municipal onde estava instalada agora a DIRP, a obra que de imediato iria ser feita para melhorar um pouco o pavilhão onde a DIRP estava instalada, para realojar, em melhores condições outros serviços, o próprio horário de abertura de alguns serviços que fora preparado e que desde o dia 1 de Janeiro deste ano estava a funcionar, a modernização, a outros níveis como já havia sido referido, etc.. Portanto, tentava-se com isto obter melhor produtividade do pessoal, melhor produtividade da própria despesa de pessoal e a garantia de que se poderia e se conseguiria prestar um melhor serviço



Assembleia Municipal de Sesimbra

às populações, que era esse, basicamente, o papel da Câmara. -----

-----Passou, depois, a apresentar o gráfico que ilustrava o peso das despesas com pessoal nas despesas correntes, referindo que ele permitia avaliar, quer uma, quer outra, e ver a relação que havia entre elas. Eram acusados de que cada vez se consumir mais com despesas com pessoal, mas isso era falso. Estavam num nível que representava uma margem de estabilidade. Todos os anos presentes no gráfico andavam na casa entre os 55% e os 59%, com excepção do ano de 1996 em que fora 62%. Esta margem de estabilidade permitia trazer o pessoal com condições de prestar um bom serviço e com algum entusiasmo se enquadrar no projecto que estavam a desenvolver. -----

-----Relativamente a 1996 gostaria ainda de referir que, para além de ser o pior ano neste rácio, fora talvez o único ano onde se gastara mais em valor absoluto com pessoal, mais 200 mil contos, do que em investimento. Em 2000 a despesa com o pessoal fora 2 milhões e 100 mil contos e o investimento fora 3 milhões. -----

-----Dizia-se, também, e era bom que esta ideia fosse desmistificada, porque não era real, que comparando 2000 com 1997 existiam mais 183 pessoas contratadas na Câmara, mas isso não era verdade, porque as pessoas que existiam a mais eram 70. Os 183 era quando se comparava o total de efectivos, o que significava que tinham entrado muitas pessoas para o Quadro, o que significava que se tinha passado de um vínculo precário para um vínculo firme de quadro. Era bom que fossem claros naquilo que escreviam, porque contratados era uma coisa e efectivos era outra. Efectivamente, havia um aumento de cerca de 180 pessoas no total de efectivos, mas contratados haviam apenas mais 70, porque também se preocupavam com a precariedade do emprego, não obstante estarem a estudar profundamente a reorganização dos serviços e esse processo de reestruturação iria estar muito em breve na Assembleia Municipal. Não obstante isso, haviam funções cuja importância e cuja inevitabilidade na estrutura de funcionamento da Câmara eram irrefutáveis, portanto, haveria que criar condições para que essas pessoas entrassem para o Quadro, que era o que estava a ser feito. -----

-----Se era facto que de 1997 para 2000 o pessoal aumentara, e reconhecia isso, o que era certo era que o investimento aumentara muito mais. -----

-----Quanto às horas extraordinárias, como era sabido, era também um problema e normalmente vinha à baila pelas oposições, ele no seu tempo também o fazia, deveria, contudo, dizer que estavam a estudar o problema afincadamente mas, como era sabido e não era novidade para ninguém, aqui



Assembleia Municipal de Sesimbra

era preciso terem cautela e era preciso não serem radicais. Tinham os sapadores na rua todo o ano, tinham horas no Serviço de Protecção Civil, tiveram que substituir mais de 30 pessoas provenientes dos Programas Ocupacionais de 1999 e que em 2000 não tinha havido, tinha havido um novo programa de inserção e emprego mas infelizmente só tinham podido dar formação a algumas pessoas do rendimento mínimo garantido, porque ainda não tinham podido tirar partido da sua colaboração e bastava o simples facto de terem essas menos 30 pessoas, o trabalho estava lá e tinha que ser feito mais depressa e melhor porque queriam garantir, na medida das possibilidades e sem hipotecar o património e o futuro, rapidez e qualidade na prestação do serviço e estavam atentos a isso, mas fora preciso substituir essas pessoas. -----

----- O horário de pessoal operário e auxiliar uma vez mais baixara mais uma hora em relação ao ano anterior e tinham cerca de 400 pessoas e, por isso, teriam que colmatar essa hora porque o trabalho era o mesmo. As centrais de esgotos trabalharam 24 horas sobre 24 horas, as limpezas de ervas tiveram que ser sempre feitas, as equipas do trânsito, não obstante a colaboração da GNR, estiveram sempre na rua, as equipas dos eventos culturais, qualquer rotura ou qualquer problema de alguma fossa era rapidamente resolvido e, portanto, tudo isso eram horas que tinham que ser feitas, quer remunerações, quer despesas correntes, quer horas extraordinárias. -----

----- Quanto às despesas de capital, de facto o investimento diminuía cerca de 20% em relação a 1999, mas aumentara em relação a 1997. Aliás, fora de longe o maior ano de investimento de todas as Câmaras passadas, 35%, por isso não era muito grave. Como era sabido e já fora dito, 2000 fora um ano de muitos projectos, de muitos concursos, obras novas, obras grandes que estavam para ser lançadas e algumas até já estavam começadas. Por outro lado, havia um aspecto importante que eram os níveis dos compromissos com que se passara de um ano para o outro. Se em 1999, dada a capacidade de receita e a capacidade que pudera ser posta no terreno fizera com que pudessem investir como fora feito, em 2000, não tinham investido tanto, ficara, no entanto, face aos novos concursos e novos projectos que foram feitos, comprometido um nível de investimento bastante superior ao ano anterior, qualquer coisa entre 2 milhões e 600 mil contos este ano contra 1 milhão e 600 mil contos do ano anterior, ou seja, uma diferença de mais 1 milhão de contos relativamente àquilo que já estava comprometido e no terreno com pés para andar, compromissos reais assumidos.

----- Passando, depois, ao gráfico onde se fazia uma pequena demonstração daquilo que era o investimento per capita, referiu que o valor de 2000, um pouco inferior ao de 1999, representava



Assembleia Municipal de Sesimbra

cerca de 87 contos por habitante/ano, o que era mais do que os 50 contos de 1996 e mais do que 20 contos em relação a 1997, ou seja, cada habitante poderia contar com uma quota parte de investimento público por parte da sua autarquia bastante superior aos níveis a que estava habituado a contar, no arranjo das estradas, na realização de mais obras de esgotos, na capacidade de abrir a torneira e ter sempre água, etc.. -----

-----O gráfico seguinte mostrava a percentagem entre o investimento realizado e o orçado. O Vereador Augusto Pólvora referia na sua Declaração de Voto que era talvez dos piores anos de todos neste rácio, em que tinham conseguido apenas realizar 51% do investimento que tinham previsto, mas afinal não era preciso ir muito longe porque em 1995 fora 37% e em 1996 fora 39%, portanto, não era dos mais baixos mas dos mais altos, felizmente, por um lado, mas infelizmente por outro, porque quem lhes dera que tivesse sido sempre como tem sido nos últimos anos. -----

-----Em relação ao financiamento e ao investimento tinham a utilização de um saldo corrente, que era representado pela fatia verde, e que reflectia só o ano 2000, de 950 mil contos, o que representava que do investimento total 950 mil contos tinham sido provenientes de receitas correntes que não tinham sido gastas no dia a dia naquilo que também era importante mas que tinham sido aplicadas em obra que ficava no terreno e que iria perdurar durante uns anos para bem do concelho. Era importante referir que só este valor de receita corrente que conseguiram deslocar para obras era superior aos três impostos locais arrecadados, ou seja, toda a receita proveniente desses impostos era para investimento. -----

-----Comparando os anos 2000, 1999, 1998 e 1997, verificava-se que em 1997 não havia a tal fatia verde, indo, por vezes, buscar receitas de capital para pagar despesas correntes. Felizmente agora era possível não fazer isso. -----

-----Como conclusão, a reestruturação não estava esquecida nem tinha custado assim tantos milhares, ela iria aparecer à luz do dia, era uma reforma importante que estava a ser feita com um elevado grau de responsabilidade, que não estava a ser feita em correrias porque não pretendia ir atrás de ninguém mas apenas arranjar uma melhor forma de organizar os serviços para o trabalho que havia a fazer para o concelho. -----

-----Tinha havido, de facto, uma tentativa de se usar afirmações de que este tinha sido o pior ano de sempre, mas não tinha sido. Fora um pouco pior de que o ano passado, mas tinha sido bastante melhor do que aquilo que este concelho estava habituado e ainda bem. Regozijavam-se por isso. ---



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por último, gostaria de dizer que não eram nem autistas nem arrogantes e que até ficava bastante feio a quem o dizia porque tinha ficado demonstrado precisamente o contrário. -----

-----Abertas as inscrições, o **Membro Carlos Afonso** começou por referir que iam discutir coisa séria e pela parte da CDU exigiam ética na política para que as pessoas que assistiam à Assembleia Municipal cada vez mais fossem acreditando nos políticos que tinham na sua terra. -----

-----Referiu, depois, que o Presidente da Câmara iniciara a sua intervenção chamando o documento de ambicioso, mas no passado, quando o PS era oposição, chamava-se demagogia e má gestão. -----

-----Por outro lado, falara em reformas. Que ele soubesse à Assembleia Municipal ainda não tinha chegado nem uma e já estavam a terminar o seu mandato e, por outro lado, se fora ambicioso e se estava lembrado daquilo que dissera na introdução do documento em 2000, não fora aquilo que hoje vinha tentar desculpar, dizendo que tinha havido intempéries ou que fora, na altura, o aumento do custo do barril de crude, que obrigara o PS a fazer um documento com esta “ambição” toda. -----

-----Gostaria de dizer ao Vereador Manuel José Pereira que aquilo que ele falara quase fazia lembrar o milagre das rosas. Não havia dúvida que ele era o Vereador do Pelouro das Finanças e conseguira passar um ano mal, no ponto de vista da CDU, em termos de gestão, a um ano bom de gestão, do ponto de vista socialista. Mais adiante também iriam apresentar números escritos no documento fornecido à Assembleia Municipal para, de facto, poderem comparar e para quem estivesse presente ficar a saber como é que o milagre das rosas fora feito. -----

-----Por último, perguntou à Bancada do PS se estava lembrada que em relação a documentos desta natureza, num passado recente, com taxas de realização semelhantes, e uma ou outra até superior, salvo erro o último ano de gestão da CDU, votavam sempre contra e era preciso que se dissesse que hoje estava-se a falar de um documento na casa dos 5, 6, 7 ou 8 milhões de contos e naqueles tempos eram documentos na casa dos 2, 3, 4 milhões de contos, com conjunturas totalmente diferentes porque hoje encontravam maioria em tudo quanto era sítio: na Câmara, na Assembleia, nas Juntas de Freguesia, no Governo, tinham um Governador socialista e uma situação económica no país totalmente diferente daquela que na altura existia. Portanto, gostaria de saber o que é que o PS iria fazer com estes resultados quando num passado recente votavam contra taxas de realização semelhantes a esta. -----

-----Face aos resultados apresentados, apelavam ao PS que o mínimo que deveria fazer seria um



Assembleia Municipal de Sesimbra

voto de abstenção. -----

----- **O Membro Carlos Filipe Oliveira** disse que ouvira atentamente a explicação da Câmara Municipal sobre o Relatório e Contas e fizera-lhe lembrar uma parte aqui há uns anos quando o Vereador Manuel José Pereira era oposição e olhava para o Relatório e Contas, com percentagens semelhantes a estas, e dizia que era muito mau. Hoje espantara-o vê-lo dizer que era muito bom. Mudavam-se os tempos, mudavam-se as vontades e até as pessoas perdiam a vergonha.-----

-----Passou, depois, a ler parte do texto do extracto da acta da reunião da Câmara Municipal, cujo teor é o seguinte: “O aumento da dívida de curto e longo prazo é consequência do não abrandamento da actividade municipal, da menor arrecadação de receitas, principalmente provenientes do INH e Fundo de Coesão e utilização de empréstimos de longo prazo inerentes ao financiamento do surto desenvolvimento que o Município de Sesimbra vem registando nos últimos anos.”, dizendo que isto era uma incongruência porque, por um lado dizia-se que este ano investiram menos porque tinha chovido muito, mas por outro lado dizia no documento que tinha aumentado a dívida de curto e longo prazo. -----

-----Ficava espantado quando via um documento em que em áreas importantes os níveis de realização eram tão baixos. Agarrando no Plano via-se, com 100% de realização outras actividades na área social, 53% na habitação, tendo sido ressaltada como um dos grandes investimentos, mas afinal o valor de investimento no plano da habitação não fora assim tão elevado, sendo apenas 46,3% daquilo que estava programado, nas urbanizações via-se 23,3%. Enfim., existia uma série de números que vinham demonstrar uma fraca realização em áreas que a Câmara Municipal aqui viera, de uma certa forma, elogiar. -----

-----Gostaria de lembrar que em relação ao saneamento da baía existiam, em Plano de Actividades, cerca de 840 mil contos e desse valor a Câmara gastara 350 mil e mais 150 mil que não estavam ali mas que deveriam ser considerados, existindo um diferencial entre aquilo que fora orçamentado e aquilo que fora gasto de 300 mil contos. -----

-----Por outro lado, quando aprovaram o Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2000 tinham dito que os números do Plano eram excepcionalmente elevados e a Câmara referira que tinham ambição e a ambição media-se não só em ter mais olhos que barriga mas era verificar a compatibilidade entre os olhos e a barriga, isto era, quanto se era ambicioso dever-se-ia levar por diante e concretizar a ambição que tinham e a concretização da ambição da Câmara Municipal



Assembleia Municipal de Sesimbra

ficava num total de 58,1% da realização do Plano. Portanto, quando diziam que o Plano de Actividades estava excepcionalmente empolado era verdade.-----

-----O PS assim como o seu Partido batera durante anos e anos a questão das horas extraordinárias, e hoje a Câmara Municipal tinha mais funcionários e mais horas extraordinárias. As pessoas deviam ser coerentes e não dizer uma coisa quando eram oposição e fazer outra quando eram executivo. Não percebia como é que o Vereador Manuel José Pereira tinha descaramento para vir falar de uma coisa que durante anos e ano combatera e era das pessoas que estava sempre a bater na questão das horas extraordinárias. O menos que poderia ter feito era suster as horas extraordinárias mas ao contrário elas tinham subido substancialmente. O Partido Socialista, durante a campanha eleitoral, uma das suas bandeiras tinha sido a dos funcionários, a questão da estrutura e do funcionamento da Câmara Municipal. Há 3 anos que falavam de um estudo e que dentro em breve seria presente à Assembleia Municipal mas o que era certo era que ele não aparecia. O PS criticava constantemente a anterior gestão que esta não sabia o que é que andava a fazer com a estrutura do pessoal. Não se compreendia porque é que o PS ainda não apresentara a proposta de reestruturação uma vez que tinha a maioria em tudo o que era órgãos. Todos os anos a maioria socialista desde que detinha a gestão falava das mesmas coisas, elogiava o trabalho das mesmas coisas nomeadamente no saneamento da Vila de Sesimbra que fora um processo que a actual câmara herdara praticamente concluído e só faltava executá-lo. O PS falava da habitação social mas a maior parte dela estava projectada e vinha do mandato anterior e o que esta maioria tivera que fazer fora executar e já tinha garantido o financiamento para o pagamento dessa habitação social.---

-----O cemitério da Aiana já dava vontade de rir, há 20 anos que ouvia falar do cemitério da Aiana e pensara que o PS teria um bocadinho de vergonha e resolveria o assunto mas afinal já se estava no terceiro ano de mandato e ainda falavam do projecto.-----

-----Existiam coisas que esta maioria vinha sistematicamente a dizer à Assembleia que era para a próxima. Falava nas grandes obras, e no pessoal mas o que era importante era a estruturação do pessoal e nunca mais aparecia. Se os funcionários tinham umas roupas, se tinha melhores ou piores condições de trabalho até ficava mal o Vereador falar do assunto porque isso era uma questão fundamental, dar condições de trabalho às pessoas, o que a Câmara devia fazer era dar às pessoas uma estrutura de funcionamento que fosse eficaz para a Câmara Municipal, para os munícipes e que as próprias pessoas que trabalhavam na Câmara se sentissem realizadas e era isso que a maioria não



Assembleia Municipal de Sesimbra

conseguia apesar de andar há 3 anos a prometer. Pesasse embora o contorcionismo que o Vereador Manuel José Pereira fizera, olhava com pena para o Relatório e Contas porque se estava a perder uma excelente oportunidade durante estes últimos 3 anos para se fazer mais face às condições políticas, económicas, condições de poder gerir a autarquia e até ilusões, projectos, sonhos, que tivera de 20 anos de oposição. -----

-----Olhava para o que o PS havia feito em 3 anos de gestão e constatava que tinha sido um grande “bluf” porque tinha sido realmente uma oportunidade perdida e não se sabia quando é que se voltaria a ter outras oportunidades e a própria Câmara Municipal no seu documento suscitava a questão de um certo receio pela recessão, ou seja a própria Câmara Municipal admitia que o tempo das “vacas gordas” estava a acabar e era pena que com tantas oportunidades tivessem feito tão pouco. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** que começou por dizer que ficava preocupado quando ouvia o membro Carlos Filipe referir-se a ambição, obras de saneamento básico, cemitério da Aiana, habitação social, e melhores condições de trabalho para os funcionários da Câmara Municipal. -----

-----Não percebia a admiração do Membro Carlos Filipe quando falara que talvez o Plano de 2000 tivesse sido ambicioso.-----

-----O Membro Carlos Filipe dizia que o actual executivo herdara o processo do saneamento da bacia de Sesimbra praticamente concluído mas o que não deixava de ser verdade era que no ano de 2000 haviam sido realizadas as obras que já enunciara. Construíra colectores que permitiam não haver sobressaltos como em anos anteriores, fizera com que o esgoto fosse bombeado mais rapidamente. Conseguira instalar os grupos geradores para a eventualidade de alguma falha de energia eléctrica, pelo que perguntava que mal havia em ter encontrado os projectos e ter avançado com as obras, o pior fora terem sido os poucos ou os únicos que efectivamente a actual gestão encontrara. -----

----- Quanto à afirmação de que já se andava a falar no cemitério da Aiana há 20 anos já tivera oportunidade de dizer que a actual gestão tinha levado 2 anos a negociar com os autores do projecto, de modo a ganhar esses mesmos projectistas para se chegar a um acordo de modo a que se pudesse pôr em prática o projecto executado. Após a rotura naquelas conversações a Câmara não tivera outra alternativa senão avançar a Câmara com o projecto que fora concluído, a obra fora



Assembleia Municipal de Sesimbra

posta a concurso e iria ser adjudicada no próximo mês. -----

-----O cemitério da Quinta do Conde entrara em funcionamento no ano de 2000 e se tudo corresse como estava a prever, no próximo ano ter-se-ia outro cemitério a funcionar no Concelho. --

-----Quanto à habitação social perguntava que mentira é que dissera quando afirmara que se havia iniciado a construção dos 24 fogos na Rua da Cruz, que os serviços tinham iniciado e concluído no ano de 2000 um projecto para mais doze fogos para o antigo edifício do matadouro, que tinha iniciado no ano de 2000 mais um projecto de 26 fogos na Cotovia. Esta obra de CDH tinha sido posta a concurso em 2000 mas ninguém concorrera porque senão essa obra já estaria em curso no ano de 2000.-----

-----O projecto dos 110 fogos para o Bairro Infante D. Henrique para permitir que os sesimbrenses pudessem continuar na sua terra e não tivessem que emigrar para outras freguesias do Concelho. Se a Câmara tivesse encontrado estes projectos naturalmente teriam sido obras que lançavam mas não pretendessem que com a máquina camarária que existia, com o nº. de projectos que eram cada vez mais, que a Câmara não tivesse avançado com os projectos que tinha e que de imediato se pudesse avançar com outros projectos quando se sabia de antemão que não seria possível lançar essas mesmas obras em função do tempo de demora da elaboração desses mesmos projectos e colocação em concurso. -----

-----No que respeitava à obrigação da Câmara de dar as melhores condições de trabalho aos funcionários perguntava se não teria sido obrigação dos anteriores executivos. Este executivo preocupara-se bastante com este aspecto até mesmo para que os munícipes pudessem ter um melhor atendimento. Perguntava então se a obrigação era só para o actual executivo e não no passado. -----

-----O relato que a Câmara fizera fora verdadeiro porque na política era preciso ter ética e respeito por quem estava presente, tanto ele como a restante vereação andavam de cabeça levantada e assim continuariam a trabalhar até ao final do mandato porque era o compromisso que tinham para com a população e depois estariam prontos a ser julgados no próximo acto eleitoral.-----

-----**O Vice-Presidente** acrescentou, relativamente à afirmação do membro Carlos Afonso de que se estava a atravessar um período de conjuntura favorável que a Câmara ainda não recebera um tostão do QCA3 e todo o QCA2 fora recebido fora do seu mandato. A actual gestão pouco usufruía das verbas da União Europeia, infelizmente a anterior também mas isso por incapacidade para o fazer. Em Junho iriam entrar as verbas porque as candidaturas haviam sido feitas atempadamente e



Assembleia Municipal de Sesimbra

então não dissessem que era por a União Europeia ser socialista. -----

-----Respondendo depois ao Membro Carlos Filipe em relação à dívida disse que a dívida tinha a ver com a receita, tinha havido menos meio milhão de contos de receita e a despesa fora superior à do ano passado, portanto a dívida tinha que aumentar porque a dívida era a diferença entre despesa e receita.-----

----- Disse depois que quanto mais ambicioso fosse mais riscos se corria de ter uma má taxa de execução e fora isso que fora dito porque podia-se fazer um plano menos ambicioso daquele ponto de vista e de certo ter-se-ia cerca de 90% ou 95% de taxa de realização, mas a Câmara queria tentar mais mas tinha que equilibrar essas duas situações e como já tinham feito em relação ao Plano e orçamento para 2001, reduzindo ligeiramente o plano de investimento para o tornar mais racional e para definir melhor as prioridades que tinham para executar, portanto a fraca taxa de execução tinha a ver com a ambição mas independentemente da taxa de realização ser a mais baixa ou não o que interessava era que o investimento fora o mais alto e isso é que era importante, nunca tinha havido, tirando o ano anterior, um tão grande investimento, a taxa podia ser pouca mas o investimento fora efectivamente muito.-----

-----Relativamente às horas extraordinárias de facto tinha havido aumento mas tinha-se aumentado o investimento, dantes as horas aumentavam mas o investimento e a produtividade não se viam, agora felizmente ía-se vendo mais, também porque haviam mais condições de trabalho e maior investimento interno nos equipamentos o que fazia com que as pessoas trabalhassem com outro gosto.-----

-----Concluiu dizendo que a indemnização pelos custos do projecto do cemitério não poder ser utilizado fora superior a 20 mil contos, e isso não era investimento mas sim dinheiro deitado à rua. -

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que num debate daquele tipo onde era analisado o relatório e conta de gerência da Câmara Municipal competia fundamentalmente ao executivo defendê-los e estava a fazê-lo de uma forma séria e honesta e tratava os assuntos com ética, portanto não entendia o que é que o Membro Carlos Afonso pretendia dizer.-----

-----Dentro da perspectiva do que lhe parecia correcto, ao contrário de anos anteriores em que a Bancada da CDU tinha que fazer a apologia da sua dama, ele pensava que os gestores socialistas é que deviam defender a gestão praticada, a sua Bancada estava solidária com eles, era claro que



Assembleia Municipal de Sesimbra

gostaria que num aspecto ou noutro as coisas tivessem corrido de uma forma mais equilibrada mas compreendia algumas das dificuldades existentes e que já tinham sido referenciadas. -----

-----Apenas dois ou três comentários que lhe pareciam pertinentes, o primeiro que já fora referido que se prendia com o cemitério da Aiana e abastecimento de água a Sesimbra queria dizer que as pessoas não se podiam esquecer do problema que a gestão PS herdara e se queriam pedir responsabilidade e tinham ética deviam pedir a quem de direito tivesse que responder sobre elas, aí é que era preciso ter em atenção a ética. -----

-----O outro aspecto era o facto de não se compreender que a problemática das horas extraordinárias que sempre fora criticado na Assembleia Municipal tinha a ver com uma problemática de reestruturação de serviços e instalações de forma a que os trabalhadores que tinham sido bandeira da CDU e que nunca tinham sido protegidos dentro da Câmara Municipal pudessem ter condições de trabalho condignas de forma a que os índices de produtividade pudessem aumentar porque ninguém podia produzir convenientemente estando 20 pessoas na mesma sala, cinco das quais no outro lado da sua secretária. Quando se trabalhava assim obviamente os índices de produtividade tinham que ser baixos e obviamente alguma coisa ía mal. Se os Membros do PSD conseguiam fazer reestruturações num ano ou dois ele dava os parabéns.-----

-----Antes que o Membro Carlos Afonso fizesse o seu discurso do bota abaixo e respondendo ao seu desafio de que a Bancada do PS se devia abster disse que respeitava o desafio e assumia a má gestão do PS no último ano desde o momento em que a CDU assumisse o desafio de votar favoravelmente o Relatório e Contas pela boa gestão que na concepção deles teria o PS uma vez que era melhor que em anos anteriores na gestão CDU.-----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse em seguida que o Presidente da Câmara não percebera a sua intervenção porque quando referia as condições de trabalho dos funcionários dissera que não ficava bem à Câmara Municipal auto-elogiar-se de uma coisa que era fundamental fazer, se os outros não tinham feito não interessava, até porque os outros tinham perdido as eleições, se a actual maioria ganhara fora para fazer diferente e se passara a tratar melhor o pessoal fora simplesmente cumprir aquilo que tinha prometido, mas o que era fundamental relativamente ao pessoal não era dar melhores condições de trabalho do ponto de vista físico, que aliás ainda não conseguira dar, porque os espaços que a Câmara Municipal tinha não haviam subido na proporção de número de funcionários que tinha.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto à habitação aquilo que dissera fora que parte do investimento que tinha havido na habitação vinha do anterior mandato ou seja do PER, que já tinha sido elaborado e aprovado em mandato anterior e a actual gestão limitara-se a executar o que vinha do mandato anterior. -----

-----Se se olhasse para um conjunto de afirmações que a Câmara fazia e a postura da mesma relativamente aos orçamentos constatava-se que em relação ao primeiro orçamento a execução fora baixa apesar de não ter ambição nenhuma dado ser um mero orçamento de gestão, mas mesmo assim a capacidade de execução fora baixa. -----

-----Quanto ao segundo orçamento a Câmara Municipal viera dizer que não era de grandes investimentos porque estavam a estudar e para o ano sim, iriam apresentar um orçamento. Apresentaram o orçamento e a execução não fora nada de excepcional porque correspondia a um orçamento que não tinha grandes investimentos. Este ano a Câmara dizia exactamente a mesma coisa, porque quando fora a discussão do Plano e Orçamento a maioria socialista dissera que era um orçamento que ainda não tinha grandes investimentos, portanto todos os investimentos que a Câmara vinha fazendo era executar investimentos de anos anteriores e alguns dos que estavam programados realizavam pouca percentagem do previsto. -----

-----Ouvira atentamente as grandes obras que a Câmara Municipal fizera na execução do orçamento mas ele gostaria de ouvir quais tinham sido as obras que não tinham sido feitas. Se o que a Câmara fizera correspondia a 58% gostaria de ouvir os outros 42%, ou seja as obras da ambição da Câmara que estavam no orçamento e não tinham sido executadas para saber onde é que a Câmara Municipal falhara e se tinha consciência dessa falha. -----

-----Falou depois o **Membro Carlos Afonso** que começou por referir que estava à espera do silêncio da Bancada do PS como cúmplice mas tinha havido um discurso pelo líder da Bancada mas ele também não deixava de ser cúmplice com a situação. -----

-----Quanto à questão da ética queria referir que quem pedira à população o voto para mudar tinha sido o PS e hoje não assumia rigorosamente nada, tinha sempre desculpa, e isto era falta de ética, assim como era falta de ética a Bancada do PS ter votado contra o Plano de Actividades e Orçamento que inseria o arranque das obras da ETAR e hoje tinham um placard a dizer que estavam a construir o futuro, e se aquele Plano e Orçamento tivesse sido chumbado na Assembleia Municipal não haveria ETAR para ninguém e continuar-se-ia a ter o esgoto a correr nas valetas, isso era falta de ética. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto às condições de trabalho dos funcionários ele aplaudia o trabalho porque tinham feito mais que a CDU, mas também importava dizer que ainda não se conseguira o total em termos das condições de trabalho e esperava que o próximo executivo ainda fizesse melhor. -----

-----Havia um aspecto que o preocupava que eram as faltas justificadas por motivo de sinistralidade – 65 funcionários, ou seja uma perda de 1652 dias de trabalho, esperava que fizessem melhor porque era para bem de todos.-----

-----Prosseguiu dizendo que o Vereador Manuel José dissera que a Câmara tinha investido muito mas o que era certo era que pouca gente ou quase ninguém via obra. -----

-----O PS relatara aquilo que fizera ou aquilo que pensava que era favorável dizer mas o que não fizera, que provavelmente teria significado acrescido em termos do desenvolvimento do Concelho, o Partido Socialista não dissera. -----

-----No que respeitava ao saneamento o PS pusera no seu Orçamento dois milhões e oitenta e seis mil contos em termos de obra a ser realizada e apenas conseguira oitocentos e quarenta mil contos.-----

-----Quanto ao sistema de abastecimento de água o PS previa no seu Plano ambicioso um milhão cento e oitenta e um mil contos e investira seiscentos mil contos. -----

-----Em termos de urbanização previa um investimento de cento e sessenta e dois mil contos e investira trinta e sete mil.-----

-----No âmbito da habitação, na construção de custos controlados, previa quarenta mil contos não investira um tostão. -----

-----A matéria estudos e projectos fora praticamente abandonada pelo PS em termos de investimento. Na habitação, estudo e projectos estava previsto 15 mil contos gastara seiscentos contos, fogos na Almoinha previa 4 mil não gastara nada, no programa recria, substituição de senhorios previa 18 mil contos não gastara nada, situação do Bloco da Mata previsto quarenta mil contos não se gastara nada.-----

-----Em relação ao Planeamento Urbanístico que também fora uma bandeira do PS na campanha eleitoral que era o Plano Director Municipal e os planos de pormenor que o PDM exigia ao nível da Aldeia do Meco, etc, a Câmara previa 20 mil contos para o arranque dos planos de pormenor para Santana, Santiago, Fornos, Fetais, Aldeia do Meco, etc, e gastara zero. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro João Capítulo** que começou por dar os parabéns ao



Assembleia Municipal de Sesimbra

Vice-Presidente pela forma clara e excepcional como fizera a sua intervenção. Os números não enganavam e não havia maneira de comparar em termos de economia duas situações se não se fosse buscar a mais recente. O PSD tivera uma grande responsabilidade no último mandato da gestão da CDU e sabia que a situação os perturbava mas os números que o Vice-Presidente apontara nos gráficos eram reais.-----

-----Disse depois que se estava no terceiro milénio e sentia-se envergonhado que uma Câmara de uma zona a 20 quilómetros de Lisboa tivesse que ter 53% do seu investimento em saneamento, água, esgotos e rede viária, quando aquilo devia ter sido feito na década de 80, eram quilómetros de tubos que estavam a ser postos debaixo do chão para que não houvesse falta de água, as praias de Sesimbra não estivessem poluídas e era uma alegria ver como a água estava límpida e transparente que era uma coisa que não acontecia, e não havia maneira de explicar estas coisas senão através dos números. -----

-----Investir no SIG Zimbra, no Escritório Electrónico, no Expediente, para reduzir os quilómetros de papel que se gastava, os sistemas informáticos novos para melhorar o atendimento ao público e as condições de trabalho que todos achavam que era natural mas que nos anos anteriores não tinham introduzido, eram sistemas modernos que a Câmara estava a implementar o que era muito importante e a Câmara devia divulgar mais. -----

-----Se durante vinte e tal anos a CDU usara o estratagema do empolamento orçamental porque é que a gestão do PS não podia ter a sua aventura e achar que podia fazer muito mais do que o que fizera, mas estava para breve legislação autárquica, onde teria que haver uma maior proximidade no previsto e realizado. -----

-----No que respeitava às horas extraordinárias ele era das pessoas que mais criticava aquela situação mas não se podia reivindicar menos horas de trabalho durante o horário normal para os trabalhadores, diminuir uma hora do seu horário normal durante uma semana do pessoal operário e auxiliar e depois querer que se diminuíssem as horas extraordinárias ou querer que se mantivesse o mesmo número de pessoas a trabalhar. Em qualquer país onde se tentasse reduzir o horário de trabalho era para que o nível de desemprego fosse menor. Felizmente no nosso Concelho, apesar de todas as intempéries que vinha havendo a nível da pesca não havia grandes problemas nessa área. --

-----Quanto à ética as pessoas já sabiam que os representantes do PS não faltavam ao respeito nem dentro da Assembleia nem lá fora. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Dinis Pereira** que iniciou a sua intervenção dizendo que por várias vezes tinha visto a referência ao ano de 1997 como o último ano de mandato da CDU, daí que solicitasse que fosse exposto o gráfico referente às despesas de capital e de investimento. -----

----- Uma vez exposto disse que as despesas de capital e de investimento em 1997 andariam ligeiramente abaixo dos dois milhões e quinhentos mil contos, no ano de 2000 elas andariam sensivelmente na ordem dos três milhões e trezentos mil contos, ou seja existira um aumento de sensivelmente oitocentos mil contos. Se se fosse ver o gráfico das receitas correntes verificava-se que em 1997 elas andariam na ordem dos dois milhões cento e cinquenta mil arrecadados e no ano de 2000 passaram para quatro milhões e duzentos, ou seja quase o dobro, independentemente da forma como fora gerada.-----

-----Relativamente às receitas de capital elas não andariam muito longe uma da outra por causa dos fundos do saneamento da baía de Sesimbra. Mas o que queria frisar era que ao nível das receitas correntes arrecadadas um aumento de quase 100% e ao nível das despesas de capital e de investimento um aumento de 800 mil contos portanto havia uma diferença em relação ao que se arrecadara a mais que fora quase dois milhões de contos e em relação àquilo que se investira apenas atingira oitocentos mil contos. -----

-----Ao ver o gráfico das despesas de capital via-se que tinha havido mais investimento e que em 1997 as despesas de capital haviam rondado os dois milhões e quinhentos mil contos e que em 2000 havia um aumento de apenas oitocentos mil contos. As receitas haviam aumentado dois milhões de contos e as despesas de investimento oitocentos mil contos, o que para si era fundamental. -----

-----Quanto às despesas de pessoal nos dois últimos anos haviam aumentado cerca de quinhentos mil contos o que revelava que para aquilo que havia sido garantido em termos de receita o acréscimo de investimento fora muito baixo e depois via-se que parte da receita andava nas despesas de pessoal. Ficava preocupado porque eram dinheiros que saíam dos bolsos dos contribuintes e já por mais de uma vez ouvira o Presidente da Câmara dizer que quando mudara a gestão muitas pessoas que estavam à frente de departamentos tinham pedido a transferencia, e que tinham ficado à frente desses departamentos pessoas extremamente competentes, que hoje em dia se vivia um ambiente de trabalho na Câmara totalmente diferente do vivido anteriormente e que havia mais vontade para trabalhar, mas ficava preocupado porque o que lhe parecia era que havia uma



Assembleia Municipal de Sesimbra

maior vontade de ganhar dinheiro porque aumentara, e muito, a despesa com pessoal, tinha havido algum aumento de investimento mas as receitas tinham aumentado muito mais em relação ao restante. -----

-----O orçamento em 1997 andaria na ordem dos quatro milhões de contos e hoje faziam-se orçamentos de nove e dez milhões de contos, ou seja orçamentos bastante superiores onde o que se projectava fazer era substancialmente maior e portanto havia que haver uma aplicação a sério naquilo que se pretendia fazer porque senão corria-se o risco de não executar 50 % do programado.

-----Disse depois que no anterior mandato os orçamentos eram tão baixos que se calhar se não fizesse 70% não se deixava por fazer muito coisa porque havia pouco dinheiro para fazer e quando havia muita coisa a fazer se só se fizesse 50 ou 70% ficava muita coisa por fazer. -----

-----Sobre as horas extraordinárias disse que tinha muito a ver a quem eram debitadas porque se efectivamente eram debitadas ao pessoal operário e que realmente tinha necessidade de ficar a trabalhar ou porque tinha havido uma rotura numa conduta, ou algo urgente ou necessário, não havia que estar contra esse tipo de horas porque elas tinham que ser feitas, mas se por exemplo existia uma rotura e eram necessários 12 trabalhadores destacados para o serviço e depois atrás destes vão os chefes de equipa, mais os encarregados, mais os chefes de serviço, enfim se íam todas aquelas pessoas atrás que não faziam nada, iriam ganhar muito mais em termos de horas e esses valores ir-se-íam reflectir nos valores totais nas despesas com pessoal. -----

-----Usou seguidamente da palavra o **Membro António Pinto Alves** que referindo-se à intervenção do Membro Carlos Afonso disse que se este membro estivesse com atenção veria que as percentagens de realização dos investimentos no passado durante o último período de gestão da CDU, nomeadamente nos últimos três anos haviam sido inferiores a 50%. Na sua opinião, orçamentos em que investimento previsto face ao realizado não chegava aos 50% eram puramente demagógicos e o PS naquela altura tinha razão em fazer a crítica que fazia. Em 1995 a CDU realizara cerca de 37,2% do investimento face ao orçado, em 1996 39,1%, em 1997 61,2% , o PS durante os três anos de gestão apresentara taxas na ordem dos 55% em média enquanto que a CDU nos últimos três anos da sua gestão apresentara taxas de 45% em média, isto para falar em percentagens porque em valores absolutos a diferença era abismal porque a capacidade de realizar investimento no valor de três milhões de contos era completamente diferente de realizar investimentos de um milhão de contos, era apenas e só três vezes mais. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Para si demagogia era uma Câmara CDU apresentar uma maqueta da futura piscina municipal em exposição durante anos em frente à praça municipal.-----

-----Falou depois o **Membro Lisandro Trafaria** que iniciou por dizer que sempre que haviam relatórios e contas dizia-se que o executivo actual unicamente estava a fazer ou dava continuidade a projectos anteriores mas lamentava que houvesse o atrevimento de fazerem aquelas observações porque se eram projectos anteriores que não tinham sido executados dava os parabéns porque o PS executara, tinha-se o exemplo do Auditório Conde de Ferreira, durante 25 anos tentara-se que a Assembleia Municipal tivesse um espaço digno das suas funções, e este executivo fizera-o, seria mau dar seguimento? tinha-se o mercado da Quinta do Conde cuja inauguração fora prevista por várias vezes, este executivo tomara posse e concluíra o mercado, tendo perguntado se seria crime, o cemitério da Quinta do Conde levava anos e este executivo entrara e o cemitério estava a funcionar, perguntava qual o crime de este executivo fazer obras que os outros levavam anos e anos a programar. -----

-----O **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** disse que também as piscinas iriam ser uma realidade mas já o cemitério da Aiana há 20 anos que era para ser uma realidade e as 4 piscinas eram para ser uma realidade no ano a seguir à tomada de posse do novo executivo. -----

-----Respondendo depois ao Membro João Capítulo disse que estava naquela bancada há 22 anos e o PS tentava de vez em quando dar uma alfinetada e dizer que nos quadros o PSD estava comprometido, o que era verdade e o PSD aceitava essa responsabilidade nomeadamente na área das finanças mas gostaria de ver determinadas pessoas que também eram responsáveis uns anos atrás, mas que já se tinham esquecido. Tinham sido vereadores com responsabilidades na má gestão e atraso do Concelho, mas agora tinham-se lavado, vestido, penteado e eram diferentes e nunca tinham tido responsabilidades na gestão do Concelho. -----

-----O PSD tivera responsabilidades no último mandato com um vereador na área das finanças, mas o PS tivera na área do PDM e na área do pessoal e parecia que enjeitava tudo isso ou seja eram pródigos em enjeitar o passado. O PSD assumia as suas responsabilidades para o bom e para o mau e não se podia negar que se a situação no anterior era má e o PSD com o Pelouro das Finanças chegara a votar contra relatórios porque eram inferiores ao que se tinha prometido às populações e dizia porquê e não enjeitava a responsabilidade, mas também não enjeitava o facto de em 1997 ter sido um dos melhores anos, se não o melhor ano de tudo o que tinha sido realizado atrás, atrás onde



Assembleia Municipal de Sesimbra

estavam algumas pessoas que agora estavam no lado do PS. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** quis protestar pela forma desonesta como o Membro Carlos Filipe colocava as questões. Gostava de saber se quando ele falava na desonestidade de pessoas se estava a dirigir a si enquanto vereador da Câmara Municipal eleito pelas listas de FEPU em 1979 como independente. -----

-----Se a memória do Membro Carlos Filipe não o atraíçoasse e fosse honesta teria que relatar a sua denuncia constante da má gestão da FEPU, o que levava a que em 1983 o MDP se recusasse a participar na gestão autárquica da Câmara Municipal e em 1985 se recusasse a participar em todos os órgãos autárquicos com a CDU e com o PCP. Se era aquela a desonestidade que o membro Carlos Filipe considerava que ele tivera no seu passado ele tinha muita honra nele porque sempre lutara com frontalidade pelos ideais e em 1979 denunciara na Câmara Municipal de Sesimbra a demagogia que era o cemitério da Aiana porque nunca o PCP quisera fazer o cemitério porque os mortos não davam votos. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** contra-protestou dizendo que na sua intervenção limitara-se a evocar a memória do passado. Se alguém se sentia ofendido por isso então era porque tinha uma consciência pesada. Quanto às pessoas que ele queria visar, todos sabiam quem eram, não valia a pena citar nomes porque podia-se esquecer de algum. -----

-----Usou em seguida da palavra **o Membro João Capítulo** que respondendo ao Membro Dinis Pereira disse que este membro tinha ido buscar o ano de maior investimento de 20 anos porque no ano imediatamente anterior o investimento tinha sido quase metade desse valor. -----

-----**O Membro Dinis Pereira** disse que não punha em questão que as pessoas colocadas nos lugares superiores não fizessem falta, a única coisa que questionava era muitas vezes a necessidade dessas pessoas fazerem horas extraordinárias. -----

-----Respondendo depois ao Membro João Capítulo disse que tinha que haver maior investimento porque se as receitas tinham crescido de forma assustadora logicamente tinha que haver maior investimento mas restava saber se elas estavam a ser bem aplicadas e aí não entrava em pormenores porque desconhecia. O aumento das receitas era devido ao acréscimo de pedidos de licenciamento de construção que tinham sofrido aumentos brutais quando o PS tomara posse que se calhar teria sido uma actualização exagerada. -----

-----**O Membro Felix Rapaz** disse que fora funcionário da Câmara Municipal e repugnava-o



Assembleia Municipal de Sesimbra

ouvir falar mal dos trabalhadores da Câmara e ouvir a imagem negativa que o membro Dinis transmitira e ninguém da Bancada da CDU levantar a voz. O funcionário da Câmara comparando o seu esforço a nível financeiro e o trabalho que desenvolvia verificava-se que tinha uma produtividade elevadíssima. -----

-----**O Membro Dinis Pereira** disse que não era sua intenção dar aquela imagem negativa, o que pretendia dizer fora que para haver redução de horas teria que haver racionalidade no que era necessário utilizar. -----

-----**O Membro José Maravilha** disse que o debate se estava a cingir ao passado o que demonstrava que a oposição não tinha argumentos para contrariar o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência. O que ele tinha a dizer era que o executivo estava no bom caminho. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que o Vice-Presidente afirmara, relativamente ao segundo Quadro Comunitário de Apoio, que a Câmara não tinha recebido praticamente nada, daí perguntar à Câmara quando é que recebera as verbas de financiamento da ETAR. -----

-----Usou depois da palavra o **Presidente da Câmara** que disse que assumia aquilo que o executivo não realizara mas não abdicava de dizer o que efectivamente executara. -----

-----A Câmara vinha executando taxas de realização para além do que era executado no passado, o que demonstrava a diferença abismal do passado recente para o actual executivo. Se era verdade que a Câmara investira nas melhores condições de trabalho do pessoal e se os funcionários hoje tinham vestuário adquirido pela Câmara para não estragarem as suas próprias roupas na execução das tarefas, perguntava porque é que não o devia dizer. -----

-----Também queria dar a conhecer os 42% que a Câmara não realizara que correspondiam a obras que estavam adjudicadas e que por algum motivo não tinha havido a possibilidade de as por no terreno no ano de 2000, até porque a partir de Outubro tinha sido difícil iniciar obras ou torná-las céleres. Também haviam obras que estavam em fase de adjudicação como a Biblioteca e o cemitério da Aiana que iriam ser adjudicadas no próximo mês e que por algum motivo burocrático ou administrativo não puderam ter o seu início no ano de 2000. -----

-----Haviam outros projectos que por qualquer razão não se tinham iniciado no ano de 2000 mas dizia-o com verdade. -----

-----Existiam vários projectos que estavam em carteira, nomeadamente o do Largo de Alfarim que iria ser apresentado na próxima reunião de Câmara, a entrada da Vila a Poente, a entrada a



Assembleia Municipal de Sesimbra

Nascente, o Largo 1º. de Dezembro, o Largo da Rua Prof. Joaquim Marques Pólvora, enfim para não falar de outros projectos como a rede de água do interior da Lagoa de Albufeira cuja adjudicação seria em Maio, a rede de esgotos da Lagoa de Albufeira cuja obra iria ser posta a concurso.-----

----- O próximo executivo que entrasse teria uma carteira de projectos rica para poder lançar n obras porque o que o actual executivo encontrara fora projectos cujas obras já estavam a decorrer em termos de concursos porque se estava no final do mandato e havia todo o interesse em colocar as obras a concurso. -----

----- Já esclarecera porque é que as obras não se tinham realizado no ano de 2000, não fora propositadamente que isso acontecera.-----

-----Prosseguiu dizendo para o Membro Carlos Filipe visitar as instalações que a Câmara arranajara para ver como os trabalhadores hoje laboravam comparando com o passado recente.-----

-----Respondendo depois ao Membro Carlos Afonso relativamente aos estudos e projectos, disse que a Câmara entendera que tinha possibilidade de recorrer aos técnicos camarários. Tinham sido admitidos 2 arquitectos, um tinha saído, mas havia uma funcionária que dava um grande contributo, e eram eles que tinham começado a fazer os projectos de habitação social do Matadouro, 26 fogos na Charneca da Cotovia, 110 fogos no Bairro Infante D. Henrique, Plano de Urbanização de Santana.-----

-----No que respeitava à falta de ética e aos placares perguntava se não era importante informar os que visitavam Sesimbra que a ETAR já estava a funcionar e que as águas já eram tratadas. Se não importante informar sobre a realidade do Castelo que dava gosto visitar. Se não era importante informar sobre os equipamentos na Quinta do Conde de grande importância para o bem estar das pessoas. Isto era divulgar o que o Concelho efectivamente tinha, e fazer com que viessem mais pessoas por forma a que o Comércio pudesse florescer e os comerciantes pudessem ter melhores dias.-----

-----Relativamente à intervenção do Membro Dinis Pereira disse que a preocupação daquele Membro também era preocupação da Câmara em termos das horas extraordinárias, e o Membro dissera uma grande verdade ou seja o grosso das horas extraordinários ía efectivamente para aqueles que tinham que garantir que as centrais elevatórias de esgoto trabalhassem 24 horas para que os esgotos não corressem para a praia, para aqueles que se houvesse uma rotura na rede de saneamento



Assembleia Municipal de Sesimbra

ou na rede de águas pudesse proceder à tomada de medidas ou à reparação para evitar males maiores, para os da limpeza, para se ter um Concelho mais limpo e mesmo assim por vezes bastava ir à Segunda-feira a uma zona do Concelho que felizmente estava em grande crescimento, que era a Lagoa de Albufeira, para se verificar que era impossível proceder à limpeza da zona porque eram pessoas que queriam melhorar a sua habitação que tinham naquela zona do Concelho e iam substituindo os electrodomésticos, mas para ele não deixavam de ser considerados sesimbrenses porque se tinham escolhido o concelho era porque tinham gostado e eram bem vindos, mas dissera isto para explicar que as coisas não eram fáceis. -----

-----O que estava previsto em 1996 ou 1997 no que respeitava aos resíduos tinha passado para o dobro. Alguém entendido na matéria dissera-lhe que o Concelho de Sesimbra produzia mais resíduos do que o Concelho no Barreiro, quando o Concelho do Barreiro tinha população fixa. Tudo isto causava grandes problemas e implicava custos avultados nas horas extraordinárias, e no passado recente não havia a previsão de que o Concelho iria crescer e bastava ver o problema com a falta da água em 1998 que obrigara a um grande investimento em 1999 e 2000 para que não voltasse a acontecer. -----

-----O bolo principal das horas extraordinárias era devido ao pagamento dos funcionários por forma a que as condições básicas dos que residiam no Concelho fossem cumpridas para que todos se sentissem bem.-----

-----Mas não era só nos pelouros dos vereadores do Partido Socialista que se gastava dinheiro, mas em todos os pelouros e o Presidente da Câmara ou o Vereador do Pessoal ou da Administração Financeira não andava a dizer ao Vereador A ou B para não autorizar horas extraordinárias, mas chamava a atenção de todos para que as horas extraordinárias pagas fossem efectivamente as necessárias. Portanto a preocupação do Membro Dinis Pereira era a sua preocupação. -----

-----O **Vice-Presidente** acrescentou que o Membro Carlos Filipe estava enganado porque a actual maioria não tivera influência mínima nos projectos com que o Concelho se podia candidatar ao segundo Quadro Comunitário de Apoio e no ano de 2000 não entrara nenhuma verba salvo uns restinhos do segundo quadro e ainda não tinha havido capacidade por parte das entidades que tinham essa competência de mandar para as câmaras verbas do terceiro.-----

-----**Encerrada a discussão, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Relatório de Gestão respeitante a 2000, apresentado pela Câmara Municipal, tendo sido**



Assembleia Municipal de Sesimbra

aprovado, por maioria, com 13 votos a favor, do PS, e 7 votos contra, da CDU e do PSD.-----

Colocou depois à votação a Conta de Gerência respeitante a 2000 tendo sido aprovada, igualmente, por maioria, com 13 votos a favor, do PS, e 7 abstenções, da CDU e do PSD.-----

-----Seguidamente **o Membro Miguel Bastos** apresentou em nome da Bancada do PS, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----“A Bancada do PS votou favoravelmente o Relatório e a Conta de Gerência por considerar que estes documentos estão de acordo com o compromisso assumido com as populações e cumprir os requisitos legais a que estão sujeitos.”-----

-----Encerrado o ponto 2 da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 3 “**Pedido de Autorização de Empréstimo à Sociedade Grutas Senhora do Cabo, S.A** ” tendo informado que o assunto baixara à Comissão “B”, que o havia apreciado mas não havia elaborado acta.-----

-----Aberta a discussão usou da palavra **o Membro Carlos Afonso** que perguntou à Câmara qual seria o futuro da Sociedade uma vez que era referenciado que era uma sociedade inactiva e não estava a gerar absolutamente nada e o que é que a Câmara fizera nestes três anos, nomeadamente se conseguira respostas dos organismos estatais, tais como o Ministério do Ambiente, e o Instituto de Conservação da Natureza sobre os fins dados àquele património uma vez que em 97 era referenciado que não havia respostas daquelas entidades.-----

-----Perguntou ainda o que é que a Câmara desejava para o futuro da sociedade.-----

-----Usou depois da palavra **o Membro Carlos Filipe** que disse que iria falar na qualidade da sua dupla condição de Coordenador da Comissão B e de Membro da Assembleia Municipal.-----

-----Na reunião conjunta das comissões tinha tido a oportunidade de apreciar não só a questão do pedido de empréstimo que não oferecia dúvidas uma vez que o que fora explicado fora que a contracção do empréstimo se destinava a pagar as dívidas já contraídas pela Sociedade e no fundo a Câmara Municipal tinha que honrar os seus compromissos relativamente à dívida existente na sociedade dado ser accionista, portanto sobre o empréstimo só lamentava ter que estar a pagar dívidas de uma coisa que em termos reais não funcionava e no fundo estava-se a pagar para a conservação da Sociedade.-----

-----A questão subjacente à intervenção do Carlos Afonso também fora colocada na Comissão, ou seja, o que é que se ía fazer às grutas e que se devia dar um rumo diferente na questão e na



Assembleia Municipal de Sesimbra

gestão das Grutas. As Grutas não eram economicamente viáveis, teriam aproveitamento para fins científicos e outros, e pensava que esse tipo de aproveitamento e as responsabilidades não caberiam exclusivamente à autarquia, haviam entidades no país que tinham orçamentos próprios e recebiam orçamentos do estado para aquele tipo de gestão e deviam claramente assumir a sua quota parte de responsabilidade na gestão das grutas. -----

----- Provavelmente ter-se-ia que ser um pouco radical e dizer que se ia abandonar as grutas, alguém tinha que deitar a mão, porque enquanto não se tomasse uma posição radical, toda a gente estava comodamente sentada e se a Câmara de Sesimbra ia pagando, e não havia problema era para estar em “stand by” . -----

-----Devia haver a co-responsabilização de outras entidades na gestão e conservação das grutas, por forma a que daqui a dois ou três anos não fosse necessário estar a autorizar outro empréstimo, para além do facto de ser muito aborrecido para quem estava à espera de receber o pagamento dos seus serviços. -----

----- Devia-se arranjar uma forma de não comprometer pessoas como no passado e lembrava-se que no mandato do Deputado Joel Hasse Ferreira não existiam contas aprovadas e a autarquia não podia estar envolvida em situações complicadas nem as pessoas individualmente consideradas porque embora elas representassem a autarquia eram elas próprias responsáveis e neste momento o Presidente da Assembleia Municipal tinha a sua quota parte de responsabilidade na sociedade, assim como o presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo. -----

----- Não se podia pedir às pessoas, que hoje eram umas e amanhã podiam ser outras, que estivessem permanentemente com a cabeça no cepo. Aliás não passava pela ideia a não aprovação do empréstimo mas queria que rapidamente a Câmara Municipal de Sesimbra, uma vez que tinha um maior contacto com a sociedade, trouxesse um plano, um projecto, ideias, para que a Assembleia Municipal se pudesse debruçar sobre o futuro concreto da Sociedade. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro João Capítulo** que disse que subscrevia as palavras do orador anterior. Lamentou depois que os membros da CDU não aparecessem às reuniões das Comissões e só fizessem discursos quando estavam a ser gravados pela Rádio Santiago. -----

----- **O Membro Conceição Morais Matias** protestou dizendo que o Membro João Capítulo fora infeliz porque a CDU habitualmente não falava para os microfones nem para as páginas do Jornal e também não precisava. O facto de não terem comparecido à Comissão fora porque já estava



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma reunião marcada e não tinha havido hipótese de a desmarcar, portanto não fora por falta de respeito até porque o PS não tinha que dar lições à CDU porque os elementos da CDU não costumavam faltar às reuniões das Comissões. -----

-----**O Presidente da Câmara** disse que já percebera porque é que o Membro Carlos Afonso tinha levantado aquelas questões. -----

-----A dívida tinha que ser paga porque quer a empresa que elaborara a contabilidade quer a empresa que fizera a revisão à contabilidade tinham estado todos estes anos a trabalhar e a ver passar navios e se não tivesse sido a colaboração delas, o empenhamento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade das Grutas e o seu empenhamento pessoal, hoje se calhar não se teria as contas aprovadas nem entregues. -----

-----Hoje, à excepção das contas de 2000, as quais brevemente seriam analisadas e aprovadas, embora fora de prazo, todas as outras estavam entregues, e os responsáveis pela sociedade podiam dormir um pouco mais descansados porque o que estava a acontecer era extremamente grave para aqueles que faziam parte dos corpos sociais da sociedade.-----

-----Tinha havido o seu compromisso de que faria apresentar uma proposta em reunião de Câmara, à semelhança da “Jovigruta” que detinha 70% do capital da sociedade, no sentido de emprestar uma verba de modo a que se pudesse cobrir as despesas até ao final do mandato. -----

-----Disse depois que havia um projecto para a zona das grutas do Zambujal que vinha sendo seguido pelo Cristóvão Rodrigues.-----

-----Cedido o uso da palavra ao **Vereador Cristóvão Rodrigues** este iniciou por explicar que o projecto era designado como Centro de Interpretação do Zambujal e já havia incluído quando a Câmara aprovara, por unanimidade, o Programa Museológico para o Concelho de Sesimbra, portanto era um dos pólos do programa. -----

----- O Centro de Interpretação pretendia evidenciar todo um conjunto de riquezas ou valores que existiam na área, não só a nível espeleológico, como em termos arqueológicos, como em termos naturais e paleontológicos, que caracterizava uma área vasta desde o Zambujal até ao Cabo Espichel. -----

-----Este Centro podia ser atractivo em termos do meio científico e universitário, podia ser um ponto de visita para o turista, até especializado nalgumas matérias. Podia ser um ponto de visita para as escolas, um ponto de sensibilização ambiental e educativo. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Centro tinha a sua génese numa iniciativa do Núcleo de Espeleologia da Costa Azul, conseguira ganhar a simpatia de uma equipa de arquitectos na qual estava presente um gabinete extremamente prestigiado de arquitectura de Lisboa, o Gabinete de Santa Rita, e outros arquitectos que haviam aderido a este projecto.-----

-----O projecto havia sido apresentado, numa fase ainda embrionária ao ICN que desde logo se motivou para o mesmo. Tinha havido uma reunião para uma discussão de uma fase mais avançada, quase estudo prévio, uma apresentação perante o ICN com a Câmara e o Neca, onde o projecto fora esboçado e comentado e onde o ICN assumira o compromisso de vir a apresentar uma candidatura ao programa operacional do Ambiente para a realização do investimento que poderia atingir os 800 mil contos.-----

-----Como o Membro Carlos Filipe referira, e muito bem, não era da competência da autarquia dirigir todo o processo até porque a competência da gestão e do acompanhamento de todo o património natural classificado era da Tutela do Ministério do Ambiente, mais propriamente do ICN, e a Câmara não tinha que ter a iniciativa de avançar com o processo, competia à autarquia sim sugerir um programa, o que fizera, integrá-lo num conceito de programa museológico, que também fizera, programa este que integrara, no fundo, todo o património histórico ou construído e também todo o património natural.-----

-----A Câmara ao longo destes três anos fizera um estudo exaustivo de caracterização da gruta, um levantamento topográfico exaustivo que encomendara e que fora importante para a base do Centro de Interpretação.-----

-----Havia portanto uma ideia concreta do que fazer com aquele património, envolvendo também uma área que era extremamente rica e era importante criar um mecanismo de preservação eficaz.---

-----Este projecto punha de parte aquilo que se pensara em tempos, por volta de 1985, ou seja, a perspectiva de poder ser uma gruta para um turismo mais maciço, no fundo fruto de uma época, de que era aquele o conceito de aproveitamento turístico para aquele tipo de espaço. Todo aquele conceito hoje em dia estava em desuso e abandono, provara que não contribuía para a preservação dos espaços e que os investimentos efectuados na prática não tinham o retorno eficaz não só em termos financeiros como em termos educativos, perante a própria população ou os próprios visitantes.-----

-----Hoje em dia havia um conceito mais especializado de aproveitamento daqueles espaços e



Assembleia Municipal de Sesimbra

dar-lhes uma vocação mais educativa e não tanto virada para um turismo de massas. -----

-----Não estava a criticar as perspectivas do passado pois eram fruto de uma época como já referira.-----

-----Concluiu a sua intervenção dizendo que a grande competência não era da autarquia. A esta competia sugerir, pressionar. A competência da execução e da iniciativa para pôr esta obra no terreno e de lançar a candidatura era do ICN. A autarquia comprometera-se, na reunião havida, em dar alguns passos e ter o seu envolvimento, mas de uma forma comedida e mais no seguimento da iniciativa do ICN.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que, segundo entendera, a sociedade quando fora criada tinha um fundamento, estatutos, regras, e definia muito taxativamente, que se destinava à exploração das grutas do Zambujal, de carácter turístico, pelas palavras ouvidas entendia que a Sociedade alterara os estatutos, porque se se abandonara aquele conceito pressupunha que a sociedade onde a Câmara estava inserida alterara os estatutos porque só assim seria possível avançar para este novo conceito que o Vereador Cristovão acabara de referir. -----

-----Disse depois que se em 1997 já havia o valor da dívida contabilizada e a Assembleia não aceitara apreciar porque havia documentação em falta então pressupunha que seriam os relatórios e as Contas aprovadas que dariam fundamento a esta dívida, porque não seria por acaso que a Câmara em 1997 pedia o empréstimo para pagamento da dívida às pessoas e às empresas. -----

-----**O Presidente da Câmara** disse que se o Membro Carlos Afonso fosse à reunião das Comissões não teria feito esta intervenção.-----

-----Não fora efectuada qualquer alteração aos estatutos da Sociedade. O que o Vereador Cristovão referira era um projecto que vinha sendo conversado entre a Câmara, preocupada porque tinha que dar corpo e um final feliz àquelas grutas, ICN e NECA. Estas entidades estavam a trabalhar de modo a que quando o projecto já estivesse definido pudesse confrontar outra parte associada que detinha a maioria do capital. Portanto isto era uma intenção, um projecto, que tinha pernas para andar. -----

-----Quando a Câmara deliberara em 1997 conceder o empréstimo haviam documentos em falta para além das contas que não tinham sido aprovadas, mas o processo que viera à Assembleia viera mal instruído porque não trazia como apêndices os documentos justificativos das dívidas e fora esse o motivo que levava a que a Assembleia fizesse baixar à Câmara o processo. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse depois que não faria sentido trazer à Câmara um novo pedido de empréstimo sem que se aprovasse as contas e sem pedir junto das empresas, que já referira, uma relação das dívidas da Sociedade. As empresas não podiam estar a passar facturas à Sociedade porque ao estarem a emitir documentos de despesa não tinham a certeza que fossem pagos e ainda tinham que descontar o IVA. Portanto as Contas haviam sido aprovadas, fora solicitada documentação quanto à verba em dívida e fora isso que a Câmara fizera durante estes três anos. Não estivera parada e pena fora que não houvesse a possibilidade de o ter feito há mais tempo, mas não fora por culpa de ninguém porque tinha havido o empenhamento total das pessoas que já referira. -----

-----Concluiu dizendo que ao fim de tantos anos estavam a trabalhar com verdade em todo o processo. -----

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação, **o pedido de autorização de empréstimo à Sociedade Grutas Senhora do Cabo, S.A., no valor de 4 000 000\$00, para regularização das dívidas referidas na proposta apresentada pela Câmara Municipal e suporte das despesas de funcionamento relativas ao exercício de 2000, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

-----Encerrado o ponto 3 da Ordem de Trabalhos o **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que o Regimento estipulava o prazo máximo de duração de uma reunião de 3 horas, pelo que colocava a questão à consideração da Assembleia Municipal se seria preferível suspender a Ordem de Trabalhos, tanto mais que teria de apreciar outro ponto na próxima Quinta-feira. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que como era do conhecimento dos membros ele tinha dificuldade em prolongar, aos dias da semana, a sua actividade política para além de determinada hora e portanto desde já fazia uma declaração prévia de que a partir da meia-noite da próxima Quinta-feira não podia participar no órgão autárquico. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** subscreveu a proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal de transferir o ponto da Ordem de Trabalhos para a próxima Quinta-feira porque embora o outro ponto pudesse ser polémico, este ponto poderia ser mais rápido apesar de haver algumas questões que necessitassem de ser esclarecidas nomeadamente o parecer jurídico que acompanhava o processo. -----

-----Assim, por consenso a Ordem de Trabalhos foi suspensa ficando os pontos 4 e 5 para a próxima Quinta-feira, dia 26 de Abril, pelas 21h30. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Aberto o “**Período de Intervenção Aberta ao Público**”, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se algum munícipe pretendia intervir, mas ninguém diligenciou intervir. -----

----- Seguidamente, por consenso, foi solicitada a dispensa da leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura.-----

-----Nesta conformidade, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrados os trabalhos, eram duas horas do dia 21 de Abril.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----